- XXII -**POLÍTICA EDUCACIONAL DE FORMAÇÃO DOCENTE
DO TERCEIRO SETOR: O NOVO SIGNIFICADO DE
DIREITO À EDUCAÇÃO A PARTIR DA BNCC**

Deive Bernardes da Silva
UFT, deivebernardes@uft.edu.br

Carliene Freitas da Silva Bernardes
UFT, carlienefreitas@uft.edu.br

INTRODUÇÃO

A análise feita parte do uso de metodologia teórica e parte da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como ressignificadora da concepção do direito à educação como proposta do Terceiro Setor. O direito à educação passar a ser entendido não como um direito fundamental e sim como uma forma de direito ao ensino com qualidade na aprendizagem, de conhecimento e habilidades essenciais e na idade certa, para todos os estudantes da educação básica, isto é, desde a educação infantil até o ensino fundamental. Particularmente, serão apontadas as possíveis influências das organizações do Terceiro Setor¹⁵ na construção dessa nova concepção do direito educacional da BNCC na formação continuada dos professores e gestores com o uso de materiais orientadores.

DESENVOLVIMENTO

Segundo alguns movimentos sociais¹⁶, a BNCC que se encontra vigente desde o início do ano de 2018 para implementação tem uma história de constituição, prevista no

---

¹⁵ Aqui deve-se entender organizações do Terceiro Setor, como sendo as Associações e Fundações mantidas, financeiramente, ou ligadas à filosofia do Segundo Setor, ou seja, do mercado. As Associações e Fundações podem ser ainda qualificadas como Organizações Sociais (OS) ou Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip's).

¹⁶ O Movimento Todos pela Base Nacional Comum é um exemplo.

ordenamento jurídico brasileiro, desde a Constituição Federal de 1988, passando pela LDB de 1996, até os debates e contribuições do Ministério de Educação (MEC), do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da sociedade civil organizada. Tudo perpassando uma interpretação do que seja o direito constitucional fundamental que é o direito à educação em seu viés de direito ao ensino de qualidade na aprendizagem de conhecimentos e habilidade essenciais na idade certa. Porém, o que não se pode negar é que todo esse esforço de criação, reinterpretação, implantação e implementação do que seja o direito à educação a partir da BNCC vem orquestrado desde a década dos anos 90 com as políticas de Estado neoliberais. Adotadas pelos governos brasileiros em maior ou menor ritmo, as políticas educacionais de caráter neoliberal contam, no atual momento, com as contribuições das entidades do Terceiro Setor, ligadas à educação, com a promoção de materiais formativos e informativos a professores e gestores. Assim, aqui aborda-se de maneira sintética os estudos referentes ao processo histórico de formação do Estado liberal moderno e suas contribuições para o modo capitalista de produção nos dias atuais de características neoliberais, a partir da atuação do Terceiro Setor e suas propostas para formação continuada de docentes e gestores que atendam sua natureza.

De toda a análise feita, não tem-se como negar que o Estado moderno sempre esteve na esteira do apoio ao modo capitalista de produção, seja no seu modelo político liberal, de bem-estar ou no contemporâneo de caráter neoliberal. No cumprimento de seu papel, o Estado intervém nas relações sociais de produção e de consumo, seja no custeio direto de infraestruturas para escoamento da produção ou na relação consumerista, seja no financiamento direto de empresas a juros subsidiados por bancos estatais, ou no perdão das dívidas de empresas ou na isenção de impostos de instituições privadas. Nesta última forma de agir, o Estado tem mantido contato mais direto por meio de parcerias, com fundações ou associações das empresas privadas que no modelo neoliberal recebem politicamente a denominação de Terceiro Setor. Este por sua vez, visa substituir o Primeiro Setor em algumas demandas sociais, isto é, o Estado deixa de agir diretamente no cumprimento de seus deveres constitucionais e legais e delega pelas parcerias as atividades não-exclusivas o considerado espaço público não-estatal.

Se o Estado vem cumprindo, em seu processo histórico de desenvolvimento, o papel de braço de apoio ao modo capitalista de produção desde a corrente de pensamento liberal, com financiamento e fornecimento de infraestrutura para a circulação das mercadorias e intermediação das relações sociais de produção, o Terceiro Setor pela filosofia do pensamento neoliberal, precisar atender as demandas sociais pelo

afastamento do Estado dessas questões. Daí a necessidade constante dos aportes teóricos para justificar essa atuação do Terceiro Setor. E como representantes diretos do mercado, os movimentos sociais do Terceiro Setor de grandes empresas financeiras ou produtoras, buscam se imiscuir na qualificação da mão-de-obra, cada vez mais para operacionalizar as tecnologias de ponta necessárias para a produção e o consumo dos produtos, isto é, das mercadorias.

Desse modo, as contribuições dos movimentos sociais do Terceiro Setor para uma educação de qualidade, alinha-se com um currículo que trabalhe conhecimentos, habilidades e competências para aqueles fins. Com isso, uma Base Nacional Curricular se faz indispensável no propósito da adequação do perfil de formação do aluno e, antes, de seus formadores, isto é, dos professores e gestores, com cursos de formação continuada.

Desde seu início dos trabalhos na construção da BNCC, até sua aprovação na Terceira versão, os representantes do Terceiro Setor estiveram presentes e contribuíram para a construção da nova BNCC, seja por meio de participação direta com sugestões na elaboração de premissas de competências e habilidades, princípios ou valores que deverão ser trabalhados pelos docentes junto aos alunos a partir da implementação da BNCC, como o empreendedorismo, seja no acompanhamento ou financiamento dos eventos onde se discutiu a BNCC junto a sociedade brasileira e em suas diferentes regiões ou oferecendo cursos a distância com certificação e publicações de livros e materiais didáticos de apoio, como, ainda, com cursos de formação continuada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, as mudanças propostas no cenário nacional e internacional pelas políticas econômicas de caráter neoliberal já encontram-se disseminadas na cultura do campo educacional brasileiro. Estas mudanças que vêm ocorrendo desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, mesmo que em ritmo mais lento nos governos de Lula e Dilma, nunca deixaram de perseguir de trabalhador e consumidor objetivamente traçado. Como fruto desse percurso tem-se hoje a BNCC que intenciona-se como uma política pública de Estado, concebido no governo Temer, a adequar o currículo aos conhecimentos e habilidades indispensáveis à cultura do empreendedorismo. Essa vertente, como já dito, vem atender a nova formação discente empreendedora e sem direitos trabalhistas ou previdenciários, materializando a concepção ressignificante do direito à educação, não como um direito social fundamental, mas, tão somente, como um

direito ao ensino com qualidade na aprendizagem de conhecimento e habilidades essenciais e na idade certa, e que deve passar previamente, pela formação continuada de professores e gestores.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcia Angela da S. e DOURADO, Luiz Fernandes. *A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas* [Livro Eletrônico]. Recife: ANPAE, 2018.

BRASIL. *BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR*. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 24 de set. 2018.

_____. MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL E DA REFORMA DO ESTADO. *Plano Diretor da Reforma do Estado*, 1995.

FUNDAÇÃO LEMAN. Disponível em: <<https://fundacaolemann.org.br/>>. Acesso em: 24 de set. de 2018;

INSTITUTO INSPIRARE. Disponível em: <<http://inspirare.org.br/instituto/>>. Acesso em 24 de set. 2018;

MATOS, Sidney Tanaka S. *Conceitos Primeiros de Neoliberalismo*. Mediações, v. 13, n.1-2, p. 192-213, Jan/Jun e Jul/Dez. 2008;

MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM. Disponível em: <<http://movimentopelabase.org.br/a-construcao-da-bncc/>>. Acessado em: 04 set. 2018;

_____. Disponível em: <<http://movimentopelabase.org.br/wpcontent/uploads/2016/01/Documento-Base-090316.pdf>>. Acesso em: 24 de set. 2018;

OLIVEIRA, Dalila de Andrade. *As POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO GOVERNO LULA: rupturas e permanências*. RBPAE – v.25, n.2, p. 197-209, mai./ago. 2009;

VICENTE, MM. *História e comunicação na ordem internacional* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 214 p. ISBN 978-85-98605-96-8. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>;